

Redes digitais, infraestruturas e feminismos: um olhar sobre processos de atualização de resistência em contexto de concentração de poder e controle na Internet

Débora Prado de Oliveira¹
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: A expectativa de autonomia, descentralização e horizontalidade que marcou o início do debate sobre a Internet vem sendo confrontada por processos crescentes de concentração de poder e controle destinados a promover, prioritariamente, novas formas de monetização para a acumulação privada por grandes empresas e a vigilância por empresas e Estados, conforme vem demonstrando a literatura produzida no campo acadêmico e ativista sobre o tema (GREENHALGH, 2014; HARAWAY, 1995; VICENTIN, 2016; STERLING, 2012; ZUBOFF, 2015). Essa expectativa foi confrontada ainda pela denúncia das desigualdades constituídas a partir de diferenças associadas aos corpos – sobretudo de gênero, raça e classe – que o legado teórico feminista (ALONSO, 2007; HARAWAY, 2003; NATANSON, 2013) ajuda a colocar em primeiro plano ao revelar a reprodução de padrões discriminatórios nas redes e apontar que os processos de controle e concentração de poder não irão impactar todas as pessoas da mesma forma. Os trabalhos que analisam criticamente esses processos, porém, não buscam construir uma narrativa de determinismo tecnológico, mas sim compreender a emergência de novas formas de poder e apontar que serão necessárias também novas formas de análise e de ação política para resistência (HARAWAY, 1995). Nesse contexto, ao olhar para a atualização de formas de resistência, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os sentidos mobilizados, as formulações e potências que emergem de articulações tecnopolíticas de coletivos de mulheres, pessoas não binárias, ciberfeministas e ciberativistas antirracistas em torno do debate sobre as infraestruturas pelas quais o imenso volume de dados digitais trafega globalmente e sua busca por alternativas a processos hegemônicos, em especial, pela constituição de redes autônomas e comunitárias. Essa reflexão será construída a partir da união dos achados em pesquisa bibliográfica e documental e das experiências obtidas em pesquisa de campo realizada sob a perspectiva dos saberes localizados (HARAWAY, 1995), em que se busca identificar atuações políticas em contextos específicos, que produzem resistências e tensões múltiplas e complexas. Baseadas em paradigmas de abertura do design e de gestão coletiva para promover a conexão compartilhada à Internet ou constituir uma rede digital local, a constituição de redes autônomas e comunitárias vem sendo estimulada por diversas razões, como o desejo de busca por uma conexão à Internet em locais não cobertos e que não interessam economicamente às operadoras privadas e/ou a busca por autonomia e a possibilidade de constituição de um ambiente de rede local para trocas seguras entre a comunidade (VICENTIN, 2016). O impulso para a constituição de redes autônomas aparece na literatura mais conectado a movimentos como o *hacking*, os movimentos de software livre, de mídia alternativa, de rádios livres, de comunidades tradicionais e indígenas, quilombolas e de proteção do anonimato e da privacidade na rede (VICENTIN, 2017). Com o olhar feminista voltado ao debate sobre infraestruturas emergem também articulações tecnopolíticas de ativistas e coletivos de mulheres e pessoas não binárias, que já vinham historicamente se envolvendo com outras práticas de ciberativismo, em torno da

¹ debora.dpo@gmail.com

agenda de redes autônomas e comunitárias, vistas como alternativa de resistência e de apropriação tecnológica. Esse envolvimento tem levado ao transbordamento de categorias e conceitos do campo feminista para o debate sobre tecnologias digitais e infraestruturas de rede – como o privilégio e predomínio masculino em algumas atividades ligadas à produção de tecnologias e, portanto, ao saber técnico; a denúncia de regimes de invisibilidade e da sua relação com a naturalização de desigualdades; a reivindicação das noções de consentimento, autonomia e a demanda pelo reconhecimento da heterogeneidade de saberes e práticas. Para a atualização de resistências, a intersecção de agendas feministas e de infraestruturas autônomas traz um compromisso em compartilhar saberes e ampliar a apropriação tecnológica por grupos não hegemônicos. Ajuda ainda a delinear um desafio para o próprio campo ativista, no sentido de que não será possível fazer tecnologias livres e autônomas sem reconhecer e desmontar a hierarquização de vidas e corpos e os legados de estruturas colonialistas que contaminam nossos saberes e práticas.

Palavras-chave: Internet. Redes digitais. Redes comunitárias. Ciberativismo. Feminismo.